

CIDADE: Guaratinguetá – FATEC JOÃO MOD
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEETEPS 017, DE 16/07/2015
EDITAL N° 106/03/2015 – PROCESSO N° 7580/2015
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02, 106
PUBLICADO NO DOE DE 11/03/2016 PÁGINA 147
ONDE SE LÊ:
01 / Laerte José Fernandes / 15.321.164-1 / 112.753.708-37
/ 525/ 00 / 1º
LEIA-SE:
01 / Laerte José Fernandes / 15.321.641-4 / 112.753.708-37
/ 525/ 00 / 1º

FATEC CAMPINAS – CAMPINAS
CONCURSO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE - EDITAL N° 276/01/2015 – PROCESSO N° 6959/2015
AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:
DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, SEÇÃO I, PÁGINA 1 – PROCESSO N° 5.976/2014 (SGP-10.908-15)
EDITAL RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL

A Comissão Especial de Concurso Público da FATEC Campinas, comunica aos candidatos abaixo relacionados o resultado da Prova Prática e a classificação final.

CANDIDATOS APROVADOS:
Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/D.I. - Tipo/CPF/Natura de Classificação Final:

05 / Camila Ortulana Pereira / 34.446.862-8 – RG / 322.338.378-60 / 78 / 1º

08 / Bruno José dos Santos / 48.130.712-6 – RG / 399.404.248-84 / 72 / 2º

01 / Janaina Amadeu Silva / 44.068.562-X – RG / 334.947.168-46 / 52 / 3º

CANDIDATOS AUSENTES:
Nº de Inscrição/Nome – Tipo/CPF:

04 / 37.587.711-3 – RG / 230.815.678-31;

07 / 30.605.413-0 – RG / 425.023.848-26;

FATEC JACAREÍ – JACAREÍ

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

– EDITAL N° 250/01/2016, PROCESSO N° 0709/2016.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, PROCESSO CEETEPS N° 5.976/2014 (SGP-10.908-15)

EDITAL DE DEFERIMENTO E CONVOCAÇÃO PARA O EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (PROVA DISSERTATIVA) E ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTÂNCIADO.

O Diretor da Faculdade de Tecnologia de Jacareí, comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento das inscrições e convoca para o Exame Conhecimento Específico e entrega no Memorial Circunstânciado, a ser realizado na FATEC Jacareí, sita Av. Faria Lima, 155 – Jd. Santa Maria – CEP 12.328-070, Jacareí, SP, no dia 07/04/2016, horário: 08:00h, tempo de duração do exame: 2 horas.

Após o exame os candidatos considerados classificados, participarão do sorteio dos temas para realização do exame didático (prova objetiva), que dar-se-á 24 horas após o sorteio.

Os candidatos convocados com as inscrições deferidas atenderão ao disposto no item 9, Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições:

DISCIPLINA: Legislação Ambiental

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº de inscrição/Nome ou Nome Social/D.I.-Tipo/CPF

01 / LAURENTINO LUCIO FILHO / RG 15.229.145 SSP-SP / CPF 047.584.509-03;

02 / SUMIATTA MATOS JUNQUEIRA / RG 35.896.338-2 SSP-SP / CPF 050.164.736-84;

03 / KÁTHIA CAROLINO / RG 29.734.384-1 SSP-SP / CPF 27947.230/35;

04 / LAUDICEIA VIDAL DE SILVA / RG 26.404.040-5 SSP-SP / CPF 485.911.094-95;

05 / ANTONIO SINESIO LEAL JUNIOR / RG 28.580.536-8 SSP-SP / CPF 265091530/23;

06 / AVELINO ALVES BARBOSA JUNIOR / RG 10.380.931-45SP-SP / CPF 434068706/20;

07 / ALEXANDRE OIOLIN FURQUIM / RG 26.197.912-7 SSP-SP / CPF 21761868/77;

08 / SOLANGE TOMIYAMA / RG 26.473.320 SSP-SP / CPF 259.345.778-32;

09 / KENI TANIGUCHI / RG 23.448.073-7 SSP-SP / CPF 138430270/30;

10 / PALADIA DE OLIVEIRA ROMEIRO DA SILVA / RG 42.322.570-7 SSP-SP / CPF 324.661.398-20;

11 / SUZANNE JUSTINO MACHADO / RG 28.645.791-X SSP / CPF 254.907.659-36

12 / FREDERICO AUGUSTO DOS SANTOS COSTA / RG 29.209.295-7 SSP-SP / CPF 262.334.938-93.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS n° 09/2015, alterada da pôla n° 24/2015, o Diretor de Faculdade de tecnologia designa para compor a Comissão Julgadora, do referido certame, os seguintes membros:

TITULARES:

1. - Carlos Magarijan, RG: 10.939.850-0, Mestre em Direito Mackenzie; Especialista em Direito Universidade Cidade de São Paulo – Graduado em Direito Universidade Cidade de São Paulo - Professor Ensino Superior, Referência II / B – FATEC São Paulo – Presidente;

2. - Eliana Aguirre de Matos, RG: 17.172.801-4, Pós-Doutorando Instituto de Pesquisas Tecnológicas IPT-SP; Doutor em Geografia UNICAMP; Graduação em Direito UNESP; Graduação em Engenharia Agronômica UNESP – Pesquisadora Instituto de Pesquisas Tecnológicas IPT-SP;

3. - Sônia Maria Santos Carneiro, Professor Ensino Superior, Referência II / B – FATEC Pindamonhangaba;

SUPLENTES:

1. - Ana Cecília Rodrigues Medeiros, RG: 5688331 SSP-SP; Professor Ensino Superior, Referência II – FATEC São José dos Campos;

5. - Euclides Teodoro de Oliveira Neto, RG: 235874 SSP-SP; Professor de Ensino Superior, Referência II / B – FATEC Itaquaquecetuba;

FATEC SÃO ROQUE – SÃO ROQUE

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

– EDITAL N° 26/05/2015, PROCESSO N° 7278/2015.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 28/05/2015, PROCESSO CEETEPS N° 5.976/2014 (SGP-10.908-15)

EDITAL DE DEFERIMENTO E CONVOCAÇÃO PARA O EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (PROVA DISSERTATIVA) E ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTÂNCIADO.

A Diretora da Faculdade de Tecnologia "Dom Amaury Castanho", designada nos termos do Despacho nº 007/2016 – URH para responder pelo concurso público de Professor de Ensino Superior da FATEC SÃO ROQUE, comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento das inscrições e convoca para o Exame Conhecimento Específico e entrega no Memorial Circunstânciado, a ser realizado na FATEC "DOM AMAURY CASTANHO", sita na Avenida Tiradentes, nº 1211, Parque Industrial, Itu/SP, no dia 03/03/2015... Leia-se:

A Diretora da Faculdade de Tecnologia "Dom Amaury Castanho", comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento das inscrições e convoca para o Exame Conhecimento Específico e entrega no Memorial Circunstânciado, a ser realizado na FATEC "DOM AMAURY CASTANHO", sita na Avenida Tiradentes, nº 1211, Parque Industrial, Itu/SP, no dia 03/03/2015... Leia-se:

Os candidatos convocados com as inscrições deferidas atenderão ao disposto no item 9, Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições:

DISCIPLINA: Gestão de Eventos e Captação de Eventos e Comercialização

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº de inscrição/Nome ou Nome Social/D.I.-Tipo/CPF

01 / Edmilson de Brito / 42.781.463-7 – RG / 305.913.628-99
02 / Renata Castro Cardias Kawaguchi / 26.316.157-2 – RG / 255.748.808-90
03 / Francisco José Souza Sacramento / 33.871.107 – RG / 228.652.645-00
04 / Sandro Marcelo Cobello / 21.647.222-2 – RG / 150.917.458-90
05 / Divon Antunes Urbano / 16.381.387-5 – RG / 091.973.856-04
06 / Carlos Alberto Guimarães Divino / 7.631.793-6 – RG / 002.847.118-02
07 / Leonardo Augusto dos Santos Filoso / 35.046.214-8 – RG / 305.156.588-12
08 / Sergio Stefan Barci / 16.495.919-1 – RG / 144.957.788-11
09 / Priscila Aparecida Nicacio de Souza / 32.653.498-2 – RG / 276.277.018-13
10 / Alexandre Aparecido Soares / - 29.099.236-9 – RG / 291.164.558-44
11 / Daniela Viana de Oliveira Perez / 33.275.803-5 – RG / 313.767.948-61
12 / Edgard Sergio Teixeira / 6.152.661-7 – RG / 506.393.828-00

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 09/2015, alterada pela nº 24/2015, a Diretora de Faculdade de Tecnologia designa para compor a Comissão Julgadora, do referido certame, os seguintes membros:

TITULARES:

1. - Carla Lechugo Pineda, RG 18.984.731 - Professor de Ensino Superior – Referência II, Grau C – Docente das Fatesc Sorocaba e Itu – Presidente;

2. - Juliana Ribeiro de Lima – RG 30.903.757-8 – Professor de Ensino Superior – Referência II, Grau A – Docente das Fatesc Itu e Jundiaí;

3. - Juliana Tonon Oliveira Prado – RG 33.130.087-4 – Professor de Ensino Superior da Universidade de Sorocaba – Mestrado em Educação; Especialização em Docência no Ensino Superior e Licenciatura Plena; Graduação em Hotelaria;

SUPLENTES:

4. - Flávio de Souza Mareschena – RG 21.192.387-4 – Professor de Ensino Superior – Referência II Grau A – Docente das Fatesc Itu e São Roque;

5. - Silviano Peccoli de Carvalho / RG 8.527.384-3 / 670.912.108-91

06 / Denis Alves Rodrigues / RG 25.071.750-5 / 290.215.188-00

07 / Luiz Bezerra Lima / RG 7.403.556-3 / 692.909.468-49

08 / Silvio Soares da Rosa / RG 27.658.651-7 / 267.835.738-12

13 / Lilian Amárcia Gaziotti / RG 19.221.164-X / 174.246.958-27

27 / INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº de inscrição/Nome ou Nome Social/D.I.-Tipo/CPF

02 / Alexander Homenki Neto / RG 19.758.467-6 / 129.253.488-58

03 / Irapuan Gloria Junior / RG 23.622.095-0 / 184.828.558-24

04 / Edvaldo Neiva Rocha Filho / RG 15.321.601-3 / 110.874.388-06

05 / Stetson Peccoli de Carvalho / RG 8.527.384-3 / 670.912.108-91

06 / Dennis Alves Rodrigues / RG 25.071.750-5 / 290.215.188-00

07 / Luiz Bezerra Lima / RG 7.403.556-3 / 692.909.468-49

08 / Silvio Soares da Rosa / RG 27.658.651-7 / 267.835.738-12

13 / Lilian Amárcia Gaziotti / RG 19.221.164-X / 174.246.958-27

27 / INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº de inscrição/Nome ou Nome Social/D.I.-Tipo/CPF

01 / RG 27.928.278-3 / 255.166.668-64 / Não atende ao Capítulo III do Edital de Abertura de Inscrições.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 09/2015, alterada pela nº 24/2015, o Diretor de Faculdade de tecnologia designa para compor a Comissão Julgadora, do referido certame, os seguintes membros:

TITULARES:

1. - Clayton Pedro Capellari, RG: 13.828.831, Professor de Ensino Superior, Referência III / A, Fatec Sebrae, Mestre Administração Empresarial;

2. - Wander Assumpção, RG: 14.664.848-1, Professor de Ensino Superior, referência II / A, Fatec Barueri, Bacharel Administração de Empresas, Especialização em Gestão de Varejo;

3. - Erasmo Assumpção Filho, RG: 5.581.825-0 Professor de Ensino Superior, referência III / D, Fatec São Bernardo do Campo, Especialista em Administração Industrial, Mestre em engenharia da Produção.

SUPLENTES:

4. - Pedro Kazumiro Izumi, RG: 15.705.457-3, Professor de Ensino Superior, referência III / A, Fatec Itaquapecetuba, Mestre Administração Empresarial;

5. - Moisés Roberto Lopes, RG: 21.912.993-9, Professor de Ensino Superior, referência II / A, Fatec Barueri, Bacharel Administração de Empresas, Especialização em Gestão de Varejo;

6. - Fernando Assumpção Filho, RG: 5.581.825-0 Professor de Ensino Superior, referência III / D, Fatec São Bernardo do Campo, Especialista em Administração, Mestre em engenharia da Produção.

FATEC PINDAMONHANGABA – PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

– EDITAL N° 13/02/2015, PROCESSO N° 6310/2015.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, PROCESSO CEETEPS N° 5.976/2014/SGP-10.908-15

EDITAL DE DEFERIMENTO E CONVOCAÇÃO PARA O EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (PROVA DISSERTATIVA) E ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTÂNCIADO.

A Diretora da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba, comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para o Exame Conhecimento Específico e entrega no Memorial Circunstânciado, a ser realizado na FATEC Pindamonhangaba, sita na Rovilson Vereador Abel Fabricio Dias nº 4010, Pindamonhangaba, SP, no dia 07/04/2016, horário: 13:00, tempo de duração do exame 03:00 (três) horas.

Após o exame os candidatos considerados classificados, participarão do sorteio dos temas para realização do exame didático (prova objetiva), que dar-se-á 24 horas após o sorteio.

Os candidatos convocados com as inscrições deferidas atenderão ao disposto no item 9, Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições:

DISCIPLINA: Laboratório de Processos Mecânicos

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº de inscrição/Nome ou Nome Social/D.I.-Tipo/CPF

01 / RG 21.421.437-0 / CPF: 098.056.128-05 / Não atende ao item 1 (do 1 ao 13) do Capítulo II do Edital de Abertura de Inscrições;

02 / RG 22.054.058-27 / CPF: 320.457.728-97/ Não atende ao item 2 (do 13 ao 23) do Capítulo II do Edital de Abertura de Inscrições;

05 / RG 25.554.353-0 / CPF: 199.197.498-18/ Não atende ao item 1, 2 e 3 do Capítulo II do Edital de Abertura de Inscrições;

07 / RG 25.554.353-0 / CPF: 320.457.728-97/ Não atende ao item 1, 2 e 3 do Capítulo II do Edital de Abertura de Inscrições;

08 / RG 25.554.353-0 / CPF: 199.197.498-18/ Não atende ao item 1, 2 e 3 do Capítulo II do Edital de Abertura de Inscrições.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 09/2015, alterada pela nº 24/2015, o Diretor de Faculdade de tecnologia designa para compor a Comissão Julgadora, do referido certame, os seguintes membros:

TITULARES:

1. - Antônio Jorge Abdalla, RG: 12.859.174, Professor Doutor em Engenharia Mecânica – Unesp/FEPEG Presidente;

2. - Midori Yoshikawa Pitanga, RG: 29.571.054-8, Professora Doutora em Engenharia Mecânica – Centro Universitário Salesiano (UNISAL);

3. - Rivaldo Cássia Mendonça Sales Contini, RG: 26.439.690-X, Professora de Ensino Superior Referência 2 Grau C.

SUPLENTES:

4. - Marcos Yutaka Shimo, RG: 30.264.218-3, Professor Doutor em Engenharia Mecânica – Unesp São José dos Campos;

5. - Mauri Pedro Pente, RG: 11.562.356, Professor Doutor em Engenharia dos Materiais – Unesp FEEC

FATEC VICTOR CIVITA TATUAPE – SÃO PAULO

RETIFFICAÇÃO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, N° 25/01/2016 – PROCESSO CEETEPS N° 853/2016 PUBLICADO NO DOE DE 19/03/2016 PÁGINA 154, 155 E 156

Onde se lê:

Processo CEETEPS nº 854/2016

Processo CEETEPS nº 853/2016

FATEC IPIRANGA – SÃO PAULO

Concurso Público Edital nº 204/2016, Processo nº 492/2016

Código Concurso nº 3410.

PORATARIA DO DIRETOR DE FACULDADE DE TECNOLOGIA Nº 04 DE 23/03/2016

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO E CONVOCAÇÃO PARA O EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (PROVA DISSERTATIVA) E ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTÂNCIADO.

O Diretor da Faculdade de Tecnologia Sebrae comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para o Exame Conhecimento Específico e entrega no Memorial Circunstânciado, a ser realizado na FATEC Sebrae, sita na Alameda Nothmann, 598, São Paulo, no dia 05/04/2016, horário: 09:00h, tempo de duração do exame: 02 (duas) horas.

Após o exame os candidatos considerados classificados, participarão do sorteio dos temas para realização do exame didático (prova objetiva), que dar-se-á 24 horas após o sorteio.

Os candidatos convocados com as inscrições deferidas atenderão ao disposto no item 9, Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

DISCIPLINA: Gestão, Modelagem e Prototipagem de Negócios

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº de inscrição/Nome ou Nome Social/D.I.-Tipo/CPF

02 / Alexander Aparecido Soares / 19.758.467-6 / 129.253.488-58

03 / Irapuan Gloria Junior / RG 23.622.095-0 / 184.828.558-24 / 4.33

04 / Edvaldo Neiva Rocha Filho / RG 15.321.601-3 / 110.874.388-06

05 / Stetson Peccoli de Carvalho / RG 8.527.384-3 / 670.912.108-91

06 / Dennis Alves Rodrigues / RG 25.071.750-5 / 290.215.188-00

07 / Luiz Bezerra Lima / RG 7.403.556-3 / 692.909.468-49

08 / Silvio Soares da Rosa / RG 27.658.651-7 / 267.835.738-12</p

13/30.123.682-3 – RG/ 216.183.598/00/2.05
 Nº de Inscrição/DL – Tipo/CPF/ Nota do Exame de Conhecimentos Específicos/ Exame Didático
 07 / Camila Gonçalves Costa/ 44.736.499-6-RG /
 354.184.788-98 / 7,00 / 6,00
 CANDIDATOS AUSentes:
 Nº de Inscrição/DL – Tipo/CPF.
 01/44.641.670-8 / RG/ 381.339.308-98.
 06/46.237.296-0 / RG/ 383.465.508-20.
 10/9.708.598-4 / RG/ 018.781.488-00.
 11/47.344.711-228-05.
 14/1.242.800-X / RG/ 164.488.028-86.
 15/47.045.981-5 / RG/ 395.397.718-03.
 FATEC MOGI DAS CRUZES – MOGI DAS CRUZES
 CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR – EDITAL 184/03/2015 – PROCESSO Nº 6460/2015
 AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:
 DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, PROCESSO Nº 5.976/2015

EDITAL DE RESULTADO DOS EXAMES DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS E DIDÁTICO E DO MEMORIAL CIRCUNSTÂNCIADO (TÍTULOS) E CLASSIFICAÇÃO FINAL

A Comissão Especial de Concurso Público da FATEC Mogi das Cruzes, comunica aos candidatos abaixo relacionados o resultado dos Exames e a classificação final.

DISCIPLINAS: Tecnologia de Transportes e Gestão de Transporte e Logística.

CANDIDATOS APROVADOS:

Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/DL – Tipo/CPF/ Nota do Exame de Conhecimentos Específicos/Exame Didático/ Memorial Circunstânciado (Títulos)/ Nota Final/ Classificação Final

10 / Marcos José Corrêa Bueno / 12448519-4 RG / 055.234.288-25 / 7,00 / 9,00 / 4,13 / 5,68/1^o.

02 / Aguialdo Eduardo de Souza / 22113283 RG / 108.296.478-64 / 7,5 / 7,5 / 14,44 / 5,68 / 2^o.

CANDIDATOS REPROVADOS:

Nº de Inscrição/DL – Tipo/CPF/ Nota do Exame de Conhecimentos Específicos

05 / 06527894-9 RG/ 04282658-80 / 4,0

07 / 05151424-2 RG/ 249.869.098-57 / 4,5

08 / 0767239-4 / 267.878.368-56 / 2,5

11 / 30101573-4 / 273.347.258-37 / 2,5

CANDIDATOS AUSentes:

Nº de Inscrição/DL – Tipo/CPF.

01/144.894.93-3 RG/ 083.602.088-08

03/1859000-0 RG/ 142.503.088-20

06/26305811-6 RG/ 320.336.188-45

ETEC NOVA OLÉSSA – NOVA OLÉSSA

CONCURSO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE – EDITAL N° 234/01/2016 – PROCESSO Nº 755/2015

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, SEÇÃO I, PÁGINA 1 – PROCESSO Nº 5.976/2014 (SGP/10.908-15)

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ESCRITA

A Comissão Especial de Concurso Público da ETEC Cidade do Livro, comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a Prova Escrita, a ser realizada na ETEC Cidade do Livro, sita na Avenida Lázaro Brígio Dutra, 2000, Lencois Paulista-SP. Os candidatos convocados atenderão ao disposto no item 9 do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

- COMPONENTE CURRICULAR: Gestão da Cadeia de Abastecimento

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/ D.I. – Tipo/ CPF:

001/José Carlos Festa Junior/41.005.641-8

RG/325.487.238-01

002/Franciele Portes Justo/47.923.156-4

RG/409.826.318-12

003/Ana Lúcia Pucca/42.808.028-5-RG/418.473.688-6

005/Marina Cristina Leme Fioruci/44.759.298-7

RG/378.231.928-92

006/Clelane Oliveira/39.796.450-6-RG/304.450.328-4

007/Tiago Francisco Giorgetti Costa/43.233.613-8

RG/220.669.398-55

008/Washington Luiz Tomaz/44.597.412-6

RG/350.763.088-50

009/Ingrid de Souza Santos/41.572.711-X

RG/360.657.178-00

010/Paulo Roberto Alves/42.213.024-2-RG/329.184.988-40

011/Marcos Antonio de Oliveira Nery/20/005.387.387

RG/126.670.298-95

012/Itala Teresa dos Santos Garcia/30.923.996-5

RG/316.702.78-05

013/Ademar Manoel de Jesus/41.104.419-9

RG/363.999-408-69

014/Rafael Augusto Oliva/43.899.661-6-RG/329.004.978-76

015/Lucivam Junio Conde/46.348.762-X-RG/383.293.208-96

016/Plínio Silvio Juliotti/15.246.301-RG/085.582.888-95

017/Aparecida do Carmo Ramos de Oliveira de Prado/30.889.488-1-RG/270.584.718-94

018/Sergio Segreto/39.193.973-4-RG/061.811.008-90

019/Fernanda Paccolla Branco/18.513.627-8

020/Flávia Oliveira/43.899.488-1-RG/270.584.718-94

021/Rubens Guilherme Cesário Maconi/40.263.958-3

RG/10.960.868-59

022/Ana Cláudia Barbosa Pereira Batista/45.280.427-9

RG/356.891.158-27

023/Francisco Martins de Souza/17.253.233-0

RG/069.433.238-06

024/Fernando Rafael Angelotti/43.132.584-4

RG/306.126.938-05

025/Arthur Zanini Calmezini/47.133.823-03

RG/20.648.708-09

026/Fernando Henrique Rodrigues de Campos/42.810.663-7

RG/356.893.718-68-08

DATA: 30/03/2016

HORÁRIO: 19 horas.

DURAÇÃO: 4 horas.

PROGRAMA DA PROVA (segundo o Anexo II do Edital de Abertura de Inscrições):

CONTEÚDO ESPECÍFICO:

1. Conceito da cadeia de suprimentos e seus autores:

• impactos das vendas e dos custos no lucro da cadeia.

• competição entre cadeias de suprimento.

• fluxos logísticos (informação, materiais/produtos, financeiro).

2. Técnicas de pesquisa de mercado:

• fornecedores nacionais e internacionais;

• características produtivas;

• técnicas e tecnologias aplicadas ao processo produtivo de bens e serviços;

• aspectos financeiros e econômicos das empresas fornecedoras;

• critérios desempenho

3. Técnicas de negociação de compras:

• Prospecção, preparação de entrevistas e de negociações;

desenvolvimento de negociação, modernas técnicas de negociação e fechamento de compra, em função do tipo de negócio;

• Aspectos práticos:

• formas de financiamento, formas de pagamento, utilização de equipamentos;

• o Serviço aos clientes: disponibilização dos pedidos, qualidade da entrega;

• o Méritos e técnicas de comunicação aplicada no atendimento a fornecedores.

4. Legislação aplicada a contrato de compras e às contratações em organizações públicas e privadas:

5. Processos de uma cadeia de suprimentos:

• ciclo de pedido ao cliente;

• ciclo de reabastecimento;

• ciclo de fabricação;

• ciclo de suprimentos.

6. Estratégia competitiva através da cadeia de suprimentos:

• alinhamento estratégico;

• cadeia de suprimentos eficiente x cadeia de suprimentos responsiva;

• estágios de integração atingir o SCM (supply chain management)

7. Fatores que influenciam no relacionamento da cadeia de suprimentos:

• poder de negociação na cadeia

8. Estratégia da Cadeia de suprimentos:

• responsividade x eficiência;

• fatores-chaves e a estrutura de tomada de decisões na cadeia de suprimentos

9. Nível de Serviço:

• prestação de serviço básico;

• pedido perfeito e fatores que o afetam

Conceitos referentes a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação) e do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamenta a referida Lei no âmbito do estado de São Paulo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOLD, J. R. Administração de Materiais. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

Conhecimentos em instalações e configurações em servidores Windows Server e Linux;

Conhecimentos na criação de usuários através Active Directory, compartilhamentos de pastas e permissões;

Conhecimentos em cabeamento estruturado, normas de cabeamento estruturado EIA/TIA 568A/568B;

Conhecimentos em instalações e configurações em Redes Wireless;

Conhecimentos em configurações e instalações de softwares e aplicativos diversos;

Conhecimento em Sistemas Operacionais "Domésticos" e para Servidores;

Conhecimento em alternativa e soluções Open Source e FreeWare;

Conhecimento em lógica e tomada de decisão;

Conhecimento sobre conceitos referentes a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação), e do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamenta a referida Lei no âmbito do estado de São Paulo.

ETEC CIDADE DO LIVRO – Lencois Paulista

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL N° 24/2014/2016 – PROCESSO Nº 006680/2016.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, PROCESSO Nº 5.976/2015

EDITAL DE RESULTADO DOS EXAMES DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS E DIDÁTICO E DO MEMORIAL CIRCUNSTÂNCIADO (TÍTULOS) E CLASSIFICAÇÃO FINAL

A Comissão Especial de Concurso Público da ETEC Mogi das Cruzes, comunica aos candidatos abaixo relacionados o resultado dos Exames e a classificação final.

DISCIPLINAS: Tecnologia de Transportes e Gestão de Transporte e Logística.

CANDIDATOS APROVADOS:

Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/DL – Tipo/CPF/ Nota do Exame de Conhecimentos Específicos/Exame Didático/ Memorial Circunstânciado (Títulos)/ Nota Final/ Classificação Final

10 / Marcos José Corrêa Bueno / 12448519-4 RG / 055.234.288-25 / 7,00 / 9,00 / 4,13 / 5,68/1^o.

02 / Aguialdo Eduardo de Souza / 22113283 RG / 108.296.478-64 / 7,5 / 7,5 / 14,44 / 5,68 / 2^o.

CANDIDATOS REPROVADOS:

Nº de Inscrição/DL – Tipo/CPF/ Nota do Exame de Conhecimentos Específicos

05 / 06527894-9 RG/ 04282658-80 / 4,0

07 / 05151424-2 RG/ 249.869.098-57 / 4,5

08 / 0767239-4 / 267.878.368-56 / 2,5

11 / 30101573-4 / 273.347.258-37 / 2,5

CANDIDATOS AUSentes:

Nº de Inscrição/DL – Tipo/CPF.

01/144.894.93-3 RG/ 083.602.088-08

03/1859000-0 RG/ 142.503.088-20

06/26305811-6 RG/ 320.336.188-45

ETEC NOVA OLÉSSA – NOVA OLÉSSA

CONCURSO PÚBLICO DE AUXILIAR DE DOCENTE – EDITAL N° 234/01/2016 – PROCESSO Nº 755/2015

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 26/05/2015, SEÇÃO I, PÁGINA 1 – PROCESSO Nº 5.976/2014 (SGP/10.908-15)

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ESCRITA

A Comissão Especial de Concurso Público da ETEC Cidade do Livro, comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a Prova Escrita, a ser realizada na ETEC Cidade do Livro, sita na Avenida Lázaro Brígio Dutra, 2000, Lencois Paulista-SP. Os candidatos convocados atenderão ao disposto no item 9 do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

- COMPONENTE CURRICULAR: Gestão da Cadeia de Abastecimento

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/ D.I. – Tipo/ CPF:

001/José Carlos Festa Junior/41.005.641-8

RG/325.487.238-01

002/Franciele Portes Justo/47.923.156-4

RG/409.826.318-12

003/Ana Lúcia Pucca/42.808.028-5-RG/418.473.688-6

005/Marina Antonio de Oliveira Nery/20/005.387.387

RG/126.670.298-95

006/Clelane Oliveira/39.796.450-6-RG/304.450.328-4

007/Tiago Francisco Giorgetti Costa/43.233.613-8

RG/230.669.398-55

008/Washington Luiz Tomaz/44.597.412-6

RG/350.763.088-50

009/Ingrid de Souza Santos/41.572.711-X

RG/360.657.178-00

010/Paulo Roberto Alves/42.213.024-2-RG/329.184.988-40

011/Marcos Antonio de Oliveira Nery/20/005.387.387

RG/126.670.298-95

012/Itala Teresa dos Santos Garcia/30.923.996-5

RG/316.702.78-05

013/Ademar Manoel de Jesus/41.104.419-9

RG/363.999-408-69

014/Rafael Augusto Oliva/43.899.661-6-RG/329.004.978-76

015/Lucivam Junio Conde/46.348.762-X-RG/383.293.208-96

016/Plínio Silvio Juliotti/15.246.301-RG/085.582.888-95

017/Aparecida do Carmo Ramos de Oliveira de Prado/30.889.488-1-RG/270.584.718-94

018/Sergio Segreto/39.193.973-4-RG/061.811.008-90

019/Fernanda Paccolla Branco/18.513.627-8

RG/069.433.238-06

020/Flávia Oliveira/43.899.488-1-RG/270.584.718-94

021/Rubens Guilherme Cesário Maconi/40.

mos do artigo 7º da Deliberação CEETEPS nº 9/2015, composta de 3(três) membros.

1.1. A designação dos membros da Comissão Especial levará em consideração os princípios de moralidade e de imparcialidade em relação aos candidatos inscritos. A inobservância desses princípios acarretará na anulação do certame.

2. Será publicado um Edital de deferimento/indeferimento das inscrições, onde constará agendada a data do concurso, com convocação dos candidatos que tenham tido sua inscrição deferida, bem como a relação nominal dos titulares e suplementares da Comissão Julgadora.

CAPÍTULO VII

DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1. Nos termos da Lei 12.782, de 20/12/2007, poderá o candidato solicitar a redução de 50% (cinquenta por cento) da taxa estipulada, devendo atender, cumulativamente, os requisitos a seguir:

1.1. Seja estudante, assim considerado o que se encontrar regularmente matriculado em:

1.1.1. curso pré-vestibular;

1.1.2. curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;

1.2. Perceba remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou esteja desempregado;

1.3. No ato da inscrição apresentar os seguintes documentos:

1.3.1. Quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representante discente;

1.3.2. Quanto às circunstâncias previstas no item 1.2 de comprovação de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

2. Nos Termos da Lei Estadual 12.147, de 12/12/2005, poderá o candidato solicitar isenção total da taxa estipulada, devendo para tanto apresentar no mínimo 3(três) documentos expedidos somente por órgão oficial ou por entidade coletora credenciada pela UELAQ, ESTADO ou MUNICÍPIO que comprove a ação do direito do candidato no período de 12(doze) meses anteriores à inscrição.

2.1. O documento de comprovação da qualidade de doador de sangue deverá ser juntado no ato da inscrição.

3. Será eliminado do concurso público o candidato que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos nos itens 1 e 2, tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, a redução tratada neste Capítulo.

4. A eliminação de que trata o item 3, importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

5. A Comissão Especial de Concurso Público analisará os pedidos entregues em tempo hábil, manifestando-se quanto ao deferimento ou indeferimento.

6. No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral correspondente.

7. O candidato que realizar a inscrição com pagamento de taxa reduzida em desacordo com o determinado neste Capítulo terá seu pedido de inscrição invalidada.

CAPÍTULO VIII

DA INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Os candidatos com deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, ou na Lei Complementar Estadual nº 683, de 18/09/1992, com as alterações previstas na Lei Complementar Estadual nº 932, de 08/11/2002, e Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego público permanente de Professor de Ensino Superior.

2. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do artigo 1º da Convenção Internacionais sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas - ONU, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09/07/2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25/08/2009.

3. O candidato declara se pessoa com deficiência, indicando-a na ficha de inscrição em campo específico e providenciando o término da inscrição dos documentos a seguir especificados:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legal, com validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência for permanente ou de longa duração, ou de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência não for permanente ou de longa duração, atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença - CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão;

3.2. Anexar ao Laudo Médico as informações como: nome completo, número de registro geral (RG) da Carteira de Identidade, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a identificação do Concurso a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato indicará na ficha de inscrição as ajudas, técnicas e condições específicas necessárias para a realização do concurso, conforme segue:

4.1. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, solicitará a confecção de prova em Braille, ou Ampliada, ou a leitura de sua prova por um fiscal ou a utilização de computador com software de leitura de tela e/ou ampliação de tela, especificando o tipo de deficiência;

4.1.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como leitor, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1, do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falso do servidor.

4.1.2. Os candidatos com deficiências visuais que solicitem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia de aplicação das provas, regrle e punção, podendo utilizar-se de sorvão.

4.1.3. Os candidatos com deficiência visual (ambílopes) que necessitam de auxílio para realização da prova, como leitor, além da utilização de aparelho auricular (sob suas expensas), que só poderá ser utilizada em 18, 24 e 28. Não haverá indicação a prova será confeccionada em fonte 24.

4.1.4. Os deficientes visuais (cegos ou baixa visão), que solicitarem prova especial por meio de utilização de software, deverão indicar software gratuito.

4.2. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento de Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais ou a utilização de aparelho auricular (sob suas expensas), que será inspecionado, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falso do servidor.

4.2.1. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falso do servidor.

4.3. Ao candidato com deficiência física, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá solicitar mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de

fiscal para auxiliar no manuseio da prova escrita e transcrição das respostas, salas de físcil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência.

4.4. O laudo médico a que se refere o subitem 3.1. do item 3, deverá estabelecer também em função da deficiência, quanto tempo adicional necessitará o candidato para a realização das provas previstas no certame.

5. Os candidatos que não atenderem ao disposto nos subitens 3.1. e 3.2. do item 3, serão considerados pessoas sem deficiência. Nessas condições, mesmo que necessitem dos recursos e condições específicas para a realização da prova, expostos nos subitens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 do item 4, não terão o atendimento especial, provas diferenciadas e tempo adicional, seja qual for o motivo alegado.

6. É de responsabilidade do candidato com deficiência observar a exigência dos requisitos contidos neste Edital de abertura de inscrições e declarar-se ciente das condições estabelecidas no certame.

7. O não atendimento ao disposto no item 3 ou cuja deficiência não seja constatada, será eliminado da lista especial, constando assim apenas da lista de classificação geral de habilitados.

8. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos que se apresentarem à prova, à aplicação, à realização das provas, a votação e ao resultado das provas, a aplicação das provas e a votação.

9. Não ocorrendo inscrição ou concorso ou aprovação de candidatos com deficiência, as vagas reservadas ficarão liberadas, em observância ao disposto do § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, e serão preenchidas pelos demais candidatos. Será elaborada somente uma lista de classificação geral, prosseguindo o concurso nos seus ultiores termos.

10. A Comissão Especial de Concurso Público providenciará para que as provas do Concurso sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

11. O candidato com deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência.

12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

13. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego público postulado, o candidato será eliminado do concurso.

14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão da aposentadoria por invalidez.

15. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da prova ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

16. Quando o número de candidato com deficiência for insuficiente para preencher as vagas reservadas, as que restarem serão revertidas para os demais candidatos.

17. As vagas reservadas ficarão liberadas, se não ocorrer inscrição ou aprovação de candidato com deficiência.

CAPÍTULO IX

DA COMISSÃO JULGADORA

1. A Comissão Julgadora será composta por 03 (três) professores titulares e dois professores suplementares, todos da área de concurso.

2. A designação dos membros da Comissão Julgadora levará em consideração os princípios de moralidade e de imparcialidade em relação aos candidatos inscritos. A inobservância desses princípios acarretará na anulação do certame.

2.1. Com finalidade de atender o disposto neste Capítulo, o Diretor da Unidade de Ensino, mediante justificativa produzida no processo de concurso, poderá designar a Comissão Julgadora com membros de outra Unidade de Ensino ou de fora do CEETEPS, observando-se as regras estabelecidas no item 1 do presente Capítulo.

CAPÍTULO X

DA PROVAS

1. O Concurso Público contará, obrigatoriamente, com 3 (três) fases, conforme especificado a seguir:

1.1. prova dissertativa/Exame de Conhecimentos Específicos, de caráter eliminatório;

1.2. prova objetiva de habilidades operacionais ou técnicas (Exame Didático), também de caráter eliminatório;

1.3. prova de títulos (Exame de Memorial Circunstanciado).

2. O Exame de Conhecimentos Especiais realizar-se-á na forma de questões, com respostas abertas.

3. O Exame de Conhecimentos Especiais versará sobre o conteúdo específico da disciplina objeto do concurso, com base em programa e bibliografia anexos ao Edital.

4. O programa das provas mencionadas no presente Capítulo constará do ANEXO II deste Edital.

CAPÍTULO XI

DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE, CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Haverá lista onde constará todos os candidatos aprovados na disciplina, de acordo com o estabelecido no Capítulo II deste Edital.

1.1. Haverá também lista especial atinente apenas aos candidatos com deficiência, na hipótese de se aplicando a percentagem prevista no Capítulo I do presente Edital referente ao número de vagas reservadas.

1.2. A convocação para admissão deverá recair no 1º colocado aprovado, obedecendo à classificação em ordem decrescente das médias finais obtidas.

1.3. Caso haja deficiência, o critério para convocação do(a) candidato(a) obedecerá ao mesmo princípio, convocando-se o 2º colocado, e assim sucessivamente.

1.4. Em caso de igualdade na pontuação final, aplicar-se-ão, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando-se a data de término das inscrições:

1.4.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei 10.471/2002 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais, com prioridade ao maior de idade;

1.4.2. maior média aritmética das notas atribuídas ao Exame Didático;

1.4.3. maior média aritmética das notas atribuídas ao Exame de Conhecimentos Específicos;

1.4.4. maior tempo de exercício na função de docente no ensino superior;

1.4.5. maior idade;

1.4.6. menor tempo de realização de curso;

1.4.7. menor tempo de realização de curso;

1.4.8. menor tempo de realização de curso;

1.4.9. menor tempo de realização de curso;

1.4.10. menor tempo de realização de curso;

1.4.11. menor tempo de realização de curso;

1.4.12. menor tempo de realização de curso;

1.4.13. menor tempo de realização de curso;

1.4.14. menor tempo de realização de curso;

1.4.15. menor tempo de realização de curso;

1.4.16. menor tempo de realização de curso;

1.4.17. menor tempo de realização de curso;

1.4.18. menor tempo de realização de curso;

1.4.19. menor tempo de realização de curso;

1.4.20. menor tempo de realização de curso;

1.4.21. menor tempo de realização de curso;

1.4.22. menor tempo de realização de curso;

1.4.23. menor tempo de realização de curso;

1.4.24. menor tempo de realização de curso;

1.4.25. menor tempo de realização de curso;

1.4.26. menor tempo de realização de curso;

1.4.27. menor tempo de realização de curso;

1.4.28. menor tempo de realização de curso;

1.4.29. menor tempo de realização de curso;

1.4.30. menor tempo de realização de curso;

1.4.31. menor tempo de realização de curso;

1.4.32. menor tempo de realização de curso;

1.4.33. menor tempo de realização de curso;

1.4.34. menor tempo de realização de curso;

1.4.35. menor tempo de realização de curso;

1.4.36. menor tempo de realização de curso;

1.4.37. menor tempo de realização de curso;

1.4.38. menor tempo de realização de curso;

1.4.39. menor tempo de realização de curso;

1.4.40. menor tempo de realização de curso;

1.4.41. menor tempo de realização de curso;

1.4.42. menor tempo de realização de curso;

1.4.43. menor tempo de realização de curso;

1.4.44. menor tempo de realização de curso;

1.4.45. menor tempo de realização de curso;

1.4.46. menor tempo de realização de curso;

1.4.47. menor tempo de realização de curso;

1.4.48. menor tempo de realização de curso;

1.4.49. menor tempo de realização de curso;

1.4.50. menor tempo de realização de curso;

1.4.51. menor tempo de realização de curso;

1.4.52. menor tempo de realização de curso;

1.4.53. menor tempo de realização de curso;

1.4.54. menor tempo de realização de curso;

1.4.55. menor tempo de realização de curso;

1.4.56. menor tempo de realização de curso;

1.4.57. menor tempo de realização de curso;

1.4.58. menor tempo de realização de curso;

1.4.59. menor tempo de realização de curso;

1.4.60. menor tempo de realização de curso;

1.4.61. menor tempo de realização de curso;

1.4.62. menor tempo de realização de curso;

1.4.63. menor tempo de realização de curso;

1.4.64. menor tempo de realização de curso;

1.4.65. menor tempo de realização de curso;

1.4.66. menor tempo de realização de curso;

1.4.67. menor tempo de realização de curso;

1.4.68. menor tempo de realização de curso;

1.4.69. menor tempo de realização de curso;

1.4.70. menor tempo de realização de curso;

1.4.71. menor tempo de realização de curso;

1.4.72. menor tempo de realização de curso;

1.4.73. menor tempo de realização de curso;

1.4.74. menor tempo de realização de curso;

1.4.75. menor tempo de realização de curso;

1.4.76. menor tempo de realização de curso;

1.4.77. menor tempo de realização de curso;

1.4.78. menor tempo de realização de curso;

1.4.79. menor tempo de realização de curso;

1.4.80. menor tempo de realização de curso;

1.4.81. menor tempo de realização de curso;

1.4.82. menor tempo de realização de curso;

1.4.83. menor tempo de realização de curso;

1.4.84. menor tempo de realização de curso;

1.4.85. menor tempo de realização de curso;

1.4.86. menor tempo de realização de curso;

1.4.87. menor tempo de realização de curso;

1.4.88. menor tempo de realização de curso;

1.4.89. menor tempo de realização de curso;

1.4.90. menor tempo de realização de curso;

1.4.91. menor tempo de realização de curso;

1.4.92. menor tempo de realização de curso;

1.4.93. menor tempo de realização de curso;

1.4.94. menor tempo de realização de curso;

Bibliografia básica

MOSCA, Gene; TIPPER, Paul A. Física para Cientistas e Engenheiros, v.1, 6.º Ed., LTC, 2009.
 RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; WALKER, Jeaf. Fundamentos de Física - Mecânica, v.1, 8.º Ed., LTC, 2009.
 VAN WYLEN; SONNTAG; BORGNAKKE. Fundamentos da Termodinâmica. Edgard Blucher, 2009.
 Física Aplicada – (Transporte Terrestre)
 Objetivo: O aluno deverá ser capaz de aplicar os fenômenos físicos necessários para compreender e resolver as situações que os envolvem no contexto do curso.

Ementa: Medicina, Veteros, Movimento em uma dimensão, Movimento no plano, Dinâmica, Trabalho e energia, Conservação de energia, Conservação do momento linear, Colisões, Conservação da quantidade de movimento e conservação de energia cinética, Movimento circular, Rotação, Movimento periódico, Estudo de molas, Dilatação linear de sólidos, A lei de Coulomb, Campo elétrico e Lei de Gauss, Capacitância e paralelepípedos de dielétricos, Corrente, resistência e força electromotriz, Circuitos elétricos, Elastostática, Medidas elétricas e Físicas de Elétronicos de circuitos.

Bibliografia Básica:

TIFFER, P.A.; MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros Vol. 1 e 2, LTC 8.º Ed., 2009.
 NILSSON, J. W.; RIEDEL, S. A.; MARQUES, A. S. Circuitos Elétricos, Prentice Hall 8º Ed., 2008.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física Vol. 1, 2 e 3, LTC 8.º Ed., 2009.

Bibliografia Complementar:

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K. Física - Vol. 1, 2 e 3, LTC 5.º Ed., 2002, 2003 e 2004.

MOYSÉS NUSSENZVEIG, H. Curso de Física Básica - Vol. 1, 2 e 3. Edgard Blucher 4.º Ed., 2002 e 2003.

ANEXO III – A QUE SE REFERE O ITEM 4,

DO CAPÍTULO XII – DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPENHO,

CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO DO EDITAL N° 250/2016 DOCUMENTAÇÃO A QUE ALUDE O MANUAL DE RECURSOS HUMANOS

1. Currículo atualizado (simplificado);

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade);

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade);

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade);

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade);

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(s) de Nascimento;

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos quando for o caso;

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (fronte e verso) e o último registro;

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG;

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

11. Cópia do PIS/PASEP;

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais;

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

14. Cópia do Certidão de Nascimento ou Casamento;

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta dele, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência);

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

ETEC DE BARUERI – Barueri

EDITAL DE REABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA AUXILIAR DE DOCENTE, N° 245/2016.

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – CEETEPS, a vista das disposições do Decreto n° 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da Etec de Barueri, da cidade de Barueri, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino N° 001/2016, nos termos do Decreto CEEETEPS-GDS n° 914, de 20/05/2014, publicado no DOE de 15/05/2014, publicado no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEEETEPS n° 5.076/2014 (SGP-10.008-15), publicado no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, TORMA PÚBLICA A REABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, (s) empregos (público) permanente(s) de AUXILIAR DE DOCENTE, PADRÃO I-A, do SOEP-P. DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS.

Área de atuação: Informatica.

Número de vaga (s): 01

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão recebidas no período de 23/03/2016 a 07/04/2016, no horário das 15h00 às 19h00, no local abaixo indicado:

ETEC DE BARUERI:Cidade:Barueri
 Endereço: Avenida João Batista Soares n° 440
 Bairro: Novo Centro Cidade: Barueri
 Telefone: (11) 4163-4655 - e-mail: e245adm@cps.sp.gov.br ou e245op@cps.sp.gov.br

Não haverá atendimento aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, apesar desses dias serem computados no prazo.

O Edital de Abertura de Inscrições na íntegra foi publicado no DOE de 25/02/2016, Seção I, página(s) 124 e 125.

FATEC JORGE CARAM SABBAG – BEBEDURO

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR N° 280/2016 – PROCESSO CEEETEPS N° 654/2015.

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – CEETEPS, a vista das disposições do Decreto n° 60.449, de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, através da Comissão Especial de Concurso Público da Etec Jorge Caram Sabbag, da cidade de Bebeduoro, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino N° 001 de 08/03/2016, publicada no DOE de 09/03/2016 nos termos do Decreto CEEETEPS-GDS n° 914, de 20/05/2014, publicado no DOE de 15/05/2014, republicada no DOE de 28/01/2015, em face da autorização governamental constante do Processo CEEETEPS n° 5.976/2014 (SGP-10.008-15), publicada no DOE de 26/05/2015, seção I, página 1, e com fundamento na Deliberação CEEETEPS n° 9/2015, de 9/2015, publicada no DOE de 10/01/2015, TORMA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Concurso Público para preencher, mediante admissão, (s) empregos (público) permanente(s) de Professor de Ensino Superior. DO QUADRO DE PESSOAL DO CEETEPS, na disciplina discriminada no Capítulo II deste Edital.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. A admissão far-se-á no regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar, obedecido nos termos do artigo 4º da Lei Complementar n° 1.240 de 22/04/2014, publicada no DOE de 23/04/2014, o disposto no parágrafo único do artigo 445 da CLT, ficando reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas a ser preenchida por candidatos com deficiência, nos termos da Lei Complementar n° 683, de 18/09/1992, DOE de 19/09/1992, alterada pela Lei Complementar n° 932, de 08/11/2002, DOE de 19/12/2002, e regulamentada pelo Decreto n° 59.591, de 14/10/2013, DOE de 15/10/2013.

2. O Concurso Público será regido pelo Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, aprovado pelo Decreto 58.385, de 13/09/2012, publicado no DOE de 14/09/2012, pelo Regimento Unificado das FATECs; pelas Deliberações CEE 50/2005, CEE 55/2006 e CEE 56/2006 e pela Deliberação CEEETEPS n° 9/2015.

CAPÍTULO II
DO EMPREGO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Curso Superior de Tecnologia em Logística.

2. Área(s) da Disciplina: Letras - Inglês; Línguas Estrangeiras Modernas - Inglês.

3. Disciplina e carga horária semanal: Inglês II - 02 horas aula semanais no período noturno.

4. Número de Vagas: 01 (uma).

5. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 65 do Regimento Unificado das Faculdades de Tecnologia, aprovado pela Deliberação CEEETEPS n° 007, de 15/2/2006, publicada no DOE de 19/12/2006, e que constitui o ANEXO I do presente Edital.

5.1. Os docentes docentes obedecem aos princípios de integração de atividades de ensino, pesquisa aplicada e extensão de serviços à comunidade. Entende-se o docente qualificado pelo CEEETEPS como especialista profissional capaz de transmitir sua reconhecida experiência e conhecimentos práticos e teóricos na área de especialidade, além de ser um facilitador no processo de ensino-aprendizagem e na construção do conhecimento.

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS DE TITULAÇÃO

1. Graduação com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, obtido em programas reconhecidos ou recomendados, na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina.

2. Graduação com habilitação específica, especialização e exame de proficiência internacional com pontuação definidas na TABELA DE CERTIFICADOS INTERNACIONAIS DE PONTUAÇÃO MINIMA: TOEIC - 790; TOEFL-IBT - 79; TOEFL-TP - 550; IELTS - 6,5; CAMBRIDGE CAE; CPE OU BEC - PASS; BULATS - 75; CELTA - PASS; DELTA - PASS, sendo a graduação e a proficiência na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 03 (três) anos na área da disciplina.

CAPÍTULO IV
DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA-HORÁRIA

1. O valor da hora-aula prestada é de R\$ 29,00 (vinte e nove reais), correspondente ao Padrão I-A, da Escala Salarial - Professor de Ensino Superior, a que se refere o inciso I do artigo 25-A da Lei Complementar n° 914, de 13/05/2008, publicado no DOE de 20/05/2008, acrescido pelo inciso I do artigo 2 da Lei Complementar n° 1.240/2014.

CAPÍTULO V
DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1. O ato de deferimento e indeferimento das inscrições, após o exame da documentação apresentada, caberá a uma Comissão Especial designada pelo Diretor da Unidade, nos termos do artigo 7º, da Deliberação CEEETEPS n° 9/2015, composta de 3(três) membros.

1.1. A designação dos membros da Comissão Especial levará em consideração os principípios de moralidade e de imparcialidade em relação aos candidatos inscritos. A inobservância desses princípios acarretará na anulação do certame.

1.2. Será publicado um Edital de deferimento/indefeitamento das inscrições, onde constará agendada a data do concurso, com convocação dos candidatos que tiveram sua inscrição deferida, bem como a relação nominal dos titulares e supletes da Comissão Julgadora.

CAPÍTULO VI
DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1. O ato de deferimento e indeferimento das inscrições, após o exame da documentação apresentada, caberá a uma Comissão Especial designada pelo Diretor da Unidade, nos termos do artigo 7º, da Deliberação CEEETEPS n° 9/2015, composta de 3(três) membros.

1.1. A designação dos membros da Comissão Especial levará em consideração os principípios de moralidade e de imparcialidade em relação aos candidatos inscritos.

1.2. Será publicado um Edital de deferimento/indefeitamento das inscrições, onde constará agendada a data do concurso, com convocação dos candidatos que tiveram sua inscrição deferida, bem como a relação nominal dos titulares e supletes da Comissão Julgadora.

CAPÍTULO VII
DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1. Nos termos da Lei 12.782, de 2012/2007, poderá o candidato solicitar a redução de 50% (cinquenta por cento) da taxa estipulada, devendo atender, cumulativamente, os requisitos a seguir:

1.1. Seja estudante, assim considerado o que se encontrar regularmente matriculado em:

1.1.1. curso pré-vestibular;

1.1.2. curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;

1.2. Perceba remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou esteja desempregado.

1.3. Não é ato da inscrição apresentar os seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

1.3.2. Quando as circunstâncias previstas no item 1.2 de comprovação de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desemprego.

2. Nos Termos da Lei Estadual 12.147, de 12/12/2005, poderá o candidato solicitar isenção total da taxa estipulada, devendo para tanto apresentar no mínimo 3(três) documentos expedidos somente por órgão oficial ou por entidade coletora credenciada pela UNIÃO, ESTADO ou MUNICÍPIO que comprove a doação de sangue do candidato no período de 12(zete) meses anteriores à inscrição.

2.1. O documento de comprovação da qualidade de doador de sangue deverá ser juntado no ato da inscrição.

2.2. Será eliminado do concurso o candidato que, não atendendo, à época da sua inscrição, aos requisitos previstos no item 1.2, tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, a redução total da taxa.

2.3. A eliminação de que trata o item 3, importará a anulação da inscrição e dos demais praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

5. A Comissão Especial de Concurso Público analisará os pedidos entregues em tempo hábil, manifestando-se quanto ao deferimento ou indeferimento.

6. No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral correspondente.

7. O candidato que realizar a inscrição com pagamento de taxa reduzida em desacordo com o determinado neste Capítulo terá o pedido de inscrição invalidado.

CAPÍTULO VIII
DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Aos candidatos com deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual n° 683, de 18/09/1992, com as alterações previstas no artigo 3º, da Lei Complementar Estadual n° 932, de 08/11/2002, e Decreto n° 59.591, de 14/10/2013, é serão preenvidas pelos demais candidatos. Será eliminado do concurso a lista de classificação geral, processando o concurso nos seus ultimos termos.

2. Será eliminado o candidato com deficiência que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, I, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3. O candidato poderá inscrever-se, ainda, os estrangeiros que possuem Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

3.1. Será hipótese de candidato estrangeiro que lhe é concedida a cidadania, quando da apresentação de comprovação de que é portador de título de residência permanente, ou de emprego ou de emprego público permanente de Professor de Ensino Superior.

3.2. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.3. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.4. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.5. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.6. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.7. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.8. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.9. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.10. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.11. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.12. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.13. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.14. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.15. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.16. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.17. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.18. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.19. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.20. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.21. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.22. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.23. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.24. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.25. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.26. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.27. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.28. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.29. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.30. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.31. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.32. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.33. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.34. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.35. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.36. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.37. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.38. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.39. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização ordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

3.40. Será hipótese de candidato estrangeiro que permanece na hipótese de naturalização extraordinária conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil.

<p